

Furtado diz que moratória não implica ^{dívida externa} negar dívida

São Paulo — O economista Celso Furtado, coordenador da proposta econômica do PMDB, insistiu ontem que o Brasil só terá uma política econômica, deixando de se subjugar ao FMI, caso declare unilateralmente uma moratória, sem que isso implique negação da dívida ou ruptura com o sistema financeiro internacional.

A proposta foi defendida numa reunião com empresários, na Associação Comercial de São Paulo, da qual também participou o economista José Júlio de Almeida Senna, professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio. Senna discordou de Furtado por considerar que a moratória unilateral tornará ainda mais reduzida a liberdade de ação do Brasil. E só concordou com ele num ponto: é necessário reescalonar a dívida externa já.

Interesse

— Nos anos 30, a Inglaterra e a França declararam unilateralmente uma moratória, afirmando formalmente que o faziam na defesa dos interesses dos povos inglês e francês. O que deve ser feito agora é isso: o Brasil tem de optar pelos interesses do povo brasileiro, e não pelos interesses do sistema financeiro internacional — disse o professor Celso Furtado.

Na opinião do Ministro do Planejamento do Governo João Goulart, a defesa dos interesses do povo brasileiro é a adoção de uma política econômica de pleno emprego, e não a aceitação das medidas de ajuste econômico propostas pelo Fundo Monetário Internacional, que prega a recessão. De acordo com o economista paraibano, atualmente professor na Sorbonne, a dependência da economia brasileira em relação aos saldos do comércio exterior é um fator de pressão inflacionária e provoca recessão, “o que exige um esforço maior para pagar a dívida”.

Segundo Celso Furtado, a política proposta pelo FMI é “inaceitável” para o Brasil. Mas ele mesmo impõe uma limitação para a decretação de uma moratória unilateral: é necessário que a sociedade se engaje no processo e, para isso, há que se restaurar a credibilidade das autoridades econômicas.

O coordenador da proposta do PMDB prega a renúncia à ajuda do FMI, “não um rompimento”, e uma definição pelo país das condições de renegociação da dívida.

— Não prego um rompimento, porque isso não se pratica mais. A URSS pagou um preço alto demais por sua arrogância ou inexperiência pós-revolucionária. É preciso continuar cooperando, mas definindo as regras do jogo. Afinal, um devedor soberano sempre significará um ativo para os bancos com que lida — disse.

Isolamento

José Júlio Senna, diretor do escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários, defendeu tese exatamente oposta à de Celso Furtado. Ele considera que a declaração unilateral de moratória significa, na prática, um rompimento com o sistema financeiro internacional, que resultaria na paralisação das atividades comerciais externas. Além disso, o Brasil perderia a boa vontade de entidades como o Banco Mundial, não se sabe o que aconteceria com o crédito interbancário, e o país daria um mau exemplo no âmbito interno, estimulando a inadimplência de forma talvez incontrolável.

— O Brasil não tem um modelo exportador como muitos pensam. Afinal, nossas exportações representam 8% do Produto Interno Bruto, enquanto essa relação é de 26% na Argentina, 24% no Chile e 49% em Israel. Nosso índice está abaixo da média latino-americana, que é de 15% — disse.